

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CRECE CENTRAL DO MÊS DE NOVEMBRO/22**

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de 2022, os Conselheiros do CRECE Central, grupo de apoio/ assessoria e convidados reuniram-se às dez horas, na Sala Sérgio Vieira de Melo, na Câmara Municipal de São Paulo, para realizar a 7ª reunião ordinária do mandato 2022/2023 que tratou sobre o Seminário formativo com o tema “A política municipal de educação inclusiva na cidade de São Paulo”.

A professora Renata Garcia, Coordenadora Pedagógica da rede municipal e no exercício de Supervisora Escolar, Pedagoga e com pós-graduação em Educação Especial, faz a abertura do seminário traçando um histórico da política pública de educação inclusiva na rede municipal de educação de São Paulo.

- 1993 - Decreto que institui as primeiras salas de apoio
- 2004 - [Decreto Municipal 45.415 de 18/10/2004](#), que definiu os serviços de apoio especializados: CEFAl - Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão; PAAI - Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão; SAAI - Sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (antiga SAPNES); EMEE - Escolas Municipais de Educação Especial e Instituições Conveniadas de Educação Especial.
- 2010 - [Decreto Municipal nº 51.778. de 14/09/2010](#) que institui a Política de Atendimento de Educação Especial, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (Programa Incluir), com a finalidade de constituir uma rede de apoio ao aluno, com suportes e serviços terceirizados, como AVE e estagiários. Aponta a problemática nesse tipo de contratação, e que logo se mostrou insuficiente.
- 2012 - a partir da mudança para a gestão Haddad, a inclusão era meta de governo, e a intenção principal era, a partir do conceito de educação para todos, chamar a responsabilidade da educação inclusiva, unificar o que já existia em termos de atendimento e política pública em um decreto para dar organicidade para o atendimento, revitalização dos CEFAls e aprimorar apoio e formação. Na rede conveniada, o CEFAl não atendia antes de 2012 e a educação infantil recebia muito pouco apoio, então era preciso ampliar o número de pessoas que trabalhavam no CEFAl. Ofereceu pós-graduação para os profissionais assumirem esses novos postos. Idealmente, esses profissionais não deveriam ficar na DRE, tinham que estar em atendimento quase o tempo todo.

A partir desse histórico, Renata aponta que há política pública, e é preciso cobrar minimamente a efetivação do que já está estruturado. E comenta que espera que a gente possa juntos, cada um no seu lugar, fazer a cobrança de efetivação do que pelo menos está estruturado.

A senhora Melissa agradece pela fala da Renata, que trouxe um histórico da política pública de inclusão da rede municipal de educação dos últimos anos, e passa à fala para a professora Jéssica do Val.

A professora Jéssica começa sua fala sobre o Transtorno do Espectro Autista. Que a ideia não é fundamentar profundamente, discutir a legislação, mas é mesmo dar um panorama e que tem feito essas conversas em algumas comunidades.

Jéssica é pedagoga, formada pela PUC em São Paulo, professora da rede municipal desde 2011, pós graduanda nesse programa de inclusão da prefeitura. Retornou agora à prefeitura e faz mestrado em educação especial, com ênfase no Transtorno do Espectro Autista. É mãe de quatro meninos, um deles o Lucas, que é uma criança autista. É a partir da maternidade que se direciona para a educação especial de forma mais intensa, em uma luta que é como mãe e como profissional, professora, também.

Jéssica apresenta uma imagem ilustrando como a presença das pessoas com deficiência nas escolas foi se transformando ao longo dos últimos anos. Que no início havia exclusão, as pessoas com deficiência não eram consideradas cidadãs e

precisavam estar em lugares longe da vista da sociedade. Então, no começo da discussão sobre o atendimento às pessoas com deficiência, a educação era segregada. Esses ambientes fora da escola regular, essas crianças não estavam sendo vistas, mas estavam sendo atendidas de alguma forma. Então, aí, quando as legislações começaram a ser discutidas, e começou-se a pensar na integração dessas pessoas. A gente tinha salas especiais, que eram salas que as crianças também acabavam por ficar fechadas nesses espaços. Hoje a discussão avançou, e parte da sociedade busca um caminho de superar essa segregação e chegar na inclusão, entendendo que todas as pessoas são cidadãos. Hoje as crianças com deficiência estão dentro da escola regular, e faz parte da função dos profissionais de educação lidar com isso.

Jéssica trouxe um pouco o panorama da legislação nacional, especificamente sobre o autismo, que foi pautada com base nas discussões internacionais e culmina na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012). No artigo terceiro, a lei diz que o indivíduo tem direito à educação, incluindo um acompanhante especializado, mediante comprovação de necessidades. Não significa que todo autista tem a necessidade, mas que isso precisa ser avaliado e, sendo isso verificado, existe uma legislação que ampare. No slide é mostrado o símbolo definido pela legislação para representar o “TEA”, e hoje ele está afixado em vários lugares.

Pensando no panorama municipal, especificamente na questão do autismo, é implementada a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (DECRETO Nº 57.379, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016), “com o objetivo de assegurar o acesso, a permanência, a participação plena e a aprendizagem de crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas unidades educacionais e espaços educativos da Secretaria Municipal de Educação”. Reforça a importância de que no próprio nome da política está a perspectiva da educação inclusiva, de que essas crianças não têm que estar separadas das outras crianças.

Sobre o transtorno, há a questão do desenvolvimento neuropsicomotor. Quem é professor de educação infantil e está em contato com as crianças da primeira infância o tempo todo vê isso acontecendo. É um processo contínuo das aquisições que, ao longo da infância, vai se desenvolvendo física, social, emocional e cognitivamente. E essas habilidades que a criança vai apresentar em cada fase vão depender da idade que ela tem, dos estímulos que ela recebe e dos fatores biológicos e ambientais que estão ali no seu entorno. Quando se está falando de crianças neurotípicos, esse desenvolvimento é uma coisa muito simples de ser feita, é muito natural. E quando as crianças são neurodivergentes, e aí eu vou falar especificamente das crianças autistas, a gente percebe como essas conquistas são trabalhos que o cérebro faz muito intensamente, as sinapses vão sendo feitas de uma forma muito intensa. São pessoas que precisam ser respeitadas, e entendidas como alguém que tem um corpo que está ali trabalhando intensamente. É importante conceituar que ele é um transtorno do desenvolvimento neurológico, então é uma condição do desenvolvimento daquele indivíduo. Elencou dois sintomas como principais; a dificuldade de comunicação e interação social, e o interesse e comportamentos repetitivos e estritos, mas é um espectro, há diversidade e possibilidades dentro dele, cada indivíduo tem seu desenvolvimento próprio. Não é uma doença, é um transtorno e, portanto, não está no campo de uma perspectiva de cura, mas entender suas necessidades para buscar um prognóstico, uma melhora nas suas condições de vida, dentro e fora da escola.

A epidemiologia, no Brasil, ainda não há estatística, espera-se o resultado do censo. Nos EUA, publicado pelo CDC em 2021, há prevalência de 1 pessoa autista em cada 44. O aumento dessa proporção não é uma questão causalidade, mas sim o desenvolvimento de ferramentas de diagnóstico e maior conscientização para a questão. Há evidências de componentes genéticos, risco aumentado de recorrência dentro da própria família, e alterações genéticas por fatores ambientais. Não existem evidências que relacionem vacinas ao aumento de casos do TEA. Sobre o diagnóstico, é importante que seja precoce. Há alguns sinais que os bebês já apresentam, como contato visual por exemplo. Normalmente ele acontece entre os 2 e 4 anos, sempre relacionados com a expectativa de comportamento. Mas no Brasil, isso acontece por volta dos 6 anos, que é tardio, pensando na necessidade de possibilitar a essas crianças os estímulos que elas precisam. Essa situação se relaciona com questões socioeconômicas, de acompanhamento e cuidado com essa criança. Aponta a importância de observação das crianças nas unidades educacionais, especialmente os CEIs e EMEIs, para o rastreamento dos casos, ainda que a busca do atendimento seja da família.

Jéssica mostra sinais de alerta para a suspeita, da sociedade brasileira de pediatria, que acredita ser informações muito importantes para os educadores e as escolas, para a observação das crianças. Também apontou os níveis de gravidade (1, 2 e 3), que é classificado por necessidade de suporte. Sobre as intervenções necessárias para um prognóstico bem sucedido, é importante uma equipe multidisciplinar. Educadores não conseguem dar conta de todas as necessidades de atendimento das crianças com TEA, são necessários especialistas como pediatra, neuropediatra, terapeuta ocupacional, psiquiatra, psicólogo, fisioterapeuta etc. Sobre tratamento medicamentoso, a necessidade é para comorbidades associadas, não para o autismo. Sobre as barreiras atitudinais, comparou com as barreiras físicas que as pessoas com deficiência física enfrentam, apontando que os autistas não apresentam características físicas. As atitudes inclusivas que se espera das crianças, devem ser ensinadas, assim como às famílias das escolas, para que não haja ações de segregação das crianças neurodivergentes.

Finaliza com a citação da professora Maria Teresa Égler Mantoan: *“A Escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de vencer os preconceitos. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade.”*

O Sr. Fábio Souza dá seu depoimento de professor e pessoa com autismo. Reforça a importância de compreender que o autismo não acaba na infância. Ele teve seu diagnóstico tardio, aos 34 anos, e nisso os professores podem ter um papel muito importante.

A senhora Melissa agradece, diz que as intervenções serão respondidas no final das falas. Passa a fala à professora Vera Aragão.

A professora Vera fala sobre sua experiência enquanto professora da Rede Municipal, há 12 anos em sala de recursos, e sua participação na construção da política pública de inclusão da rede. Trabalha na sala de recursos da Escola Eliomar Cabral, atendendo por volta de 90 alunos em 3 turnos, inclusive jovens e adultos do noturno. A perspectiva inclusiva é, a priori, maravilhosa, se atender o emocional e o social. Ela traz sua experiência na educação para surdos, que tem um histórico importante no Brasil, desde o período do Brasil Colônia. E de fato, as barreiras atitudinais são as maiores enfrentadas pelas pessoas com deficiência. A contratação e formação dos profissionais é importante, a acessibilidade, mas a barreira atitudinal ainda é muito presente e o elemento mais difícil de transformar, e a formação contínua não está suficiente. A lei é “cumprida”, mas de que forma? O acompanhante terapêutico é mais um profissional que estará em ambiente escolar, mas ele também precisa ser preparado para isso. Na relação do estagiário ou do acompanhante, muitas vezes acaba que apenas esse profissional fica responsável pelo aluno de inclusão, sem incluir de fato. Inclusão passa a ser adjetivo, e não verbo: “aquele é o aluno de inclusão”. Sobre as EMEBS, muitas vezes há a crença de que apenas é necessário um intérprete. Na educação inclusiva, para todos, é preciso saber quem são as pessoas, e suas necessidades, que compõe esse todos. Seria o caso de acabar com as escolas específicas para os Surdos? Vera acredita que não, que a educação para surdos se desenvolveu muito, e as EMEBS tiveram papel importante nisso. No entanto, os alunos que chegam das EMEBS apresentam muitas defasagens no aprendizado. Mas nas escolas regulares, é como se eles estivessem em uma escola de língua estrangeira. A prefeitura de SP tem feito o levantamento, mapeamento, das crianças com necessidades especiais, mas o registro do dia a dia e do desenvolvimento do aluno ainda está aquém do necessário. Acredita que o preconceito, a discriminação e as atitudes que não acolhem e incluem parte do desconhecimento, por isso é fundamental a formação, sobre as terminologias, por exemplo. A maioria das formações são online, mas muitos professores não têm acesso tão facilitado à tecnologia. O professor vai precisar trabalhar com o intérprete de libras, o AEE, o estagiário, o AT, e para isso é necessária formação, porque não é simples lidar com tantos profissionais dentro da sala. No fundamental 2 é especialmente desafiador, pois o professor especialista, dá aula em várias turmas, de muitos alunos, é muito difícil trabalhar as necessidades individuais de cada um. É preciso estratégias e recursos para isso. Os lugares específicos podem ser importantes, até como complemento da educação regular. Como no caso dos surdos, para manter a cultura, que é bastante defendida pela comunidade surda. Finaliza resumindo que em sua fala buscou colocar a reflexão sobre como esses alunos podem ser da escola como um todo, e não apenas da sala de recursos, de um estagiário ou do acompanhante terapêutico.

A senhora Kézia Alves dá depoimento sobre seus filhos, da importância de humanizar o atendimento. Que ela teve muita dificuldade no diagnóstico do seu filho, graças a ajuda de uma professora da EMEI e uma psiquiatra que ajudaram a encaminhar sua situação. Com a sua filha, passou por situações muito difíceis, por conta de uma dificuldade de aprendizado que ela enfrentou. Seu aprendizado não era linear, tinha dificuldades em determinadas matérias, mas a escola não conseguia dar um atendimento para a necessidade dela, não era um atendimento humano.

O professor Edivaldo Nascimento agradece as falas das participantes, retoma a discussão que estamos desenvolvendo no CRECE, que já passou por muitos temas relativos à educação inclusiva, incluindo consultas públicas, e chegou a alguns pontos como: que o estagiário não pode ser uma política permanente, não pode ser o responsável pela criança; reivindicar a criação do cargo de PAEE; a questão do acompanhante terapêutico, que é ainda polêmico. Como cobrar uma política pública nesse sentido, que dê conta de avaliar essa análise das necessidades dos alunos autistas, como pensar uma política pública que dê conta da diversidade. Pergunta ainda, se a política do estagiário foi pensada como transitória e o que viria depois. Conta o caso de uma aluna que foi perdendo sua visão ao longo do fundamental 1, mas que 2 professores foram fazer o curso do "Dorina Nowill?", conseguiram produzir materiais especializados com impressora de braille, e a aluna conseguiu se desenvolver muito bem até o 9º ano.

A senhora Bárbara, professora da rede e de São Bernardo, deu aula em escolas específicas. Defende a inclusão, mas enxerga a importância das escolas específicas, e a dificuldade do dia a dia hoje na sala de aula, que está adoecendo os professores. Há 5 meses sua sala de educação infantil está sem estagiário, com 30 alunos e um de inclusão de grau 3. Como resolver essa questão de falta de equipe de apoio? Quer lutar pelo seu direito à saúde, e o direito também no atendimento pleno do direito à educação das crianças com deficiência.

A professora Soraia retoma a importância do CRECE Central na luta por uma educação inclusiva, ressaltando que a prefeitura evoluiu muito no atendimento à criança com deficiência.

A senhora Cecília retoma a fala do Edivaldo, sobre os caminhos para podermos seguir com nosso debate e nossas reivindicações em relação à política pública. Dá o depoimento da escola de seus filhos, que enfrenta dificuldades em relação a permanência dos estagiários e a construção de vínculos e de como esse direito ao acompanhante terapêutico ainda reproduz desigualdades por conta da lacuna na legislação e na falta de estrutura para a análise das necessidades dos alunos.

A professora Vera explica que na prefeitura, a estrutura compreende: as EMEBS; as escolas polo bilíngues e as salas de recursos. Algumas escolas atendem as crianças surdas até o 9º ano. A sua escola é inclusiva, mas, embora atenda o Ensino Fundamental 1, 2 e Ensino Médio, só atendem os alunos surdos no ensino médio, a partir do primeiro ano, com mais de 3 alunos por sala. É importante que o PAEE atue de forma colaborativa com os professores de sala, pensando na reivindicação de políticas públicas, dentro do turno do aluno. Normalmente, o PAEE atende no contraturno, e não acontece o trabalho colaborativo. Critica a falta de participação da rede municipal e do CEFAL na elaboração do novo ensino médio, uma vez que a Rede Estadual não trabalha a educação inclusiva e é quem está à frente da sua implementação. Nas escolas bilíngues e inclusivas, há o intérprete de libras, mas não há instrutor para ensinar libras, o instrutor, e muitas vezes o aluno chega sem saber libras. Agradece a oportunidade de participar do debate, especialmente a Soraia, que fez o convite, e a prefeitura de SP que está muito à frente na construção desse atendimento.

A professora Jessica comenta que de fato é na escola que vai estourar o que a legislação não define. Especificamente sobre a educação infantil, que ainda é vista como um lugar que as crianças apenas brincam. Não são todos os alunos, mas acredita que há alunos que necessitam sim do acompanhante especializado em comportamento, que o professor não consegue dar conta quando as crianças necessitam de uma intervenção comportamental, em crise. O acompanhante terapêutico é o responsável por conhecer o comportamento da criança e saber como lidar em momentos em que é necessária uma intervenção. Não é suficiente um parecer só da pedagogia, a equipe precisa de outros profissionais que pensem o atendimento na escola. É preciso sim de formação para professores lidarem com outros profissionais em sala de aula, muitas vezes o professor se sente incomodado com essa presença. O estagiário está em formação, não tem capacidade ainda de lidar com situações delicadas que precisam ser enfrentadas muitas vezes. Não dá pra ser só no improviso e na boa vontade do professor, a sensibilização também faz parte da formação, mas a humanização é muito importante também. Outras

secretarias precisam atuar de forma integrada com a Educação. A legislação é necessária, mas sempre terá brecha, e é importante atuar nessas brechas. Então é importante discutir de forma ampla, mas também descentralizar, trazer para o local, envolver outros equipamentos do território.

A Professora Beatriz, de CEI, pede a palavra e pergunta porque o AT não pode estar presente na sala da educação infantil? O CEI não tem AVE, não tem a mesma estrutura de EMEI e EMEF. a resposta que é dada pela rede é de que, conceitualmente, é preciso cuidar integralmente das crianças.

A professora Renata comenta que irá responder as intervenções como sugestões do CRECE como um articulador de reivindicações. Sobre o estagiário e o cargo do PAEE, a prefeitura não tem como criar cargos, por causa da lei de responsabilidade fiscal que limita a porcentagem da folha de pagamento no orçamento da prefeitura. É favorável que todos os apoios passem por formação pedagógica. O braço do Estado que chega em todas as comunidades é a escola, e precisa dar conta de uma realidade muito complexa, não há equipe multidisciplinar. As escolas precisam de pessoas, e quem são elas e como serão contratadas é uma conversa longa. O módulo está incompleto, e mesmo completo, ele foi pensado há 15 anos atrás, que não condiz com a realidade de hoje. Há 10 mil cargos de agente escolar, e ai pode estar uma brecha importante, que estão se aposentando, e não sendo repostos, sem vacância. Precisa de formação para a equipe de apoio, que tem um papel fundamental na escola e precisa saber lidar com todos os alunos. Não é favorável a abrir o cargo de PAEE, pois acredita que é primordial pensar na qualificação dos serviços e na formação de todos os professores para um atendimento mais integrado, com mais organicidade. Recomenda ao CRECE o acompanhamento das escolas polo bilíngues, que faz um trabalho interessante de inclusão, melhor que a EMEB, especializada, que acaba deixando o aluno com muitas lacunas no aprendizado. Sobre os estagiários e a falta de interesse dos estudantes de pedagogia, falta valorização, e não é possível tratá-los como profissionais formados. Sobre os CEIs, não é proibido AVE, é de acordo com a necessidade das crianças. A proporção alunos e adultos é insuficiente, precisa ampliar esse módulo, ainda mais sabendo da prevalência de crianças neurodivergentes aumentando. Retomar o tripé formação, recursos humanos, e estrutura. Reforça a importância da Professor de AEE no colaborativo, como a Vera comentou, que está na legislação, mas não é implementada. Todas as escolas podem ter, mesmo sem a Sala de Recursos.

A professora Cláudia, assessora do Vereador Celso Giannazi, comenta que há uma comissão no gabinete para debater a educação de inclusão, e pensar em políticas públicas. Reforça a importância da participação e do CRECE Central em realizar esse seminário e esse debate.

A final das intervenções e das respostas das palestrantes, professoras Renata Garcia, Jéssica do Val e Vera Aragão, a senhora Melissa agradece os participantes, os convidados e em todo o apoio dos membros do CRECE e do mandato do Vereador Giannazi, e convoca a todos a construir e fortalecer o colegiado. São Paulo, 05 de novembro de 2022.